

PROJETO DE LEI ORDINÁRIO Nº __/2025

Dispõe sobre a regulamentação das provas online e presenciais destinadas à movimentação interna e concessões de benefícios aos servidores públicos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Meridiano, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MERIDIANO decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a aplicação de provas online e presencial para fins de movimentação funcional de servidores públicos municipais para outros cargos ou funções no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Meridiano, além de gratificações para o Regime Próprio de Previdência Social ou qualquer outra gratificação que exija realização de prova específica de habilitação.

Art. 2º - As provas destinadas à promoção, permuta, redistribuição, reclassificação ou qualquer forma de mudança de cargo ou função dentro da estrutura da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, bem como gratificações para o Regime Próprio de Previdência Social, que exijam habilitação específica por meio de prova, quando realizadas de forma online e presencial, deverão obedecer aos seguintes critérios:

I - Serão aplicadas exclusivamente nas dependências da Prefeitura ou de órgãos a ela vinculados, em local previamente designado, com a devida publicação antecipada em diário oficial do local e horário a ser realizada;

II - Fica expressamente proibida a realização das provas fora do território do Município de Meridiano, quando tiver relacionadas ao artigo 1º e 2º desta lei;

III - Serão realizadas em equipamentos fornecidos pela própria Administração Pública;

IV - Deverão ocorrer sob fiscalização de uma comissão formada por 03 (três) servidores designados pelo Poder Executivo, em que sua maioria sejam servidores efetivos, e obrigatoriamente um deles seja algum Procurador Municipal;

V - Deve haver o registro de presença e identificação do candidato;

VI - É vedado ao candidato portar dispositivos eletrônicos próprios durante a realização da prova;



VII- É proibida qualquer forma de auxílio externo, presencial ou remoto, durante a realização da prova.

Art. 3º- As provas de habilitação de servidores públicos poderão ser fiscalizadas, inclusive durante sua realização, por Vereadores do Município de Meridiano, exclusivamente em caráter de observação, no exercício de seu poder constitucional de fiscalização, sem interferência no andamento do processo.

Art. 4º- A prova será anulada caso seja constatada:

- I - Ajuda de terceiros durante sua realização;
- II - Utilização de qualquer meio fraudulento ou não autorizado;
- III - Descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 5º- A Administração Pública poderá utilizar, para fins de fiscalização, sistemas de monitoramento por vídeo e softwares antifraude durante a aplicação das provas, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a legislação de proteção de dados pessoais.

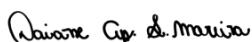
Art. 6º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração, através de seu Secretário de Administração ou órgão equivalente:

- I - Organizar os processos de prova interna;
- II - Garantir a segurança e a integridade dos processos avaliativos;
- III - Designar comissão responsável em tempo hábil;

Art. 7º - O não cumprimento das regras estabelecidas nesta Lei implicará na nulidade da prova e no impedimento de o servidor participar de novos processos por até 12 (doze) meses, sem prejuízo de outras sanções administrativas e penais cabíveis aos órgãos competentes.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Meridiano, 28 de outubro de 2025.



DAIANE APARECIDA DA SILVA MOREIRA



Vereadora

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal de Meridiano, a aplicação de provas — online e presenciais — destinadas à movimentação interna de servidores públicos para outros cargos ou funções que exijam habilitação específica, bem como a concessões de gratificações no caso do RPPS.

A proposta surge da necessidade de garantir transparência, segurança jurídica, igualdade de condições e lisura nos processos internos que envolvem promoções, reclassificações, redistribuições e outras formas de ascensão ou mudança funcional no quadro de servidores municipais.

Atualmente, com o uso cada vez mais frequente de meios digitais para aplicação de avaliações e processos seletivos, impõe-se ao Poder Público o dever de estabelecer regras claras e seguras para prevenir fraudes, favorecimentos indevidos e violações ao princípio da impessoalidade.

O projeto respeita os princípios constitucionais que regem a administração pública, conforme o artigo 37 da Constituição Federal, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Estabelece critérios objetivos para a realização das provas, determinando que estas ocorram exclusivamente nas dependências da Prefeitura ou órgãos vinculados, com uso de equipamentos públicos, fiscalização presencial por comissão designada e vedação ao uso de dispositivos eletrônicos pessoais, garantindo condições isonômicas a todos os servidores.

Destaca-se também a proibição expressa de realização de provas fora do território do Município de Meridiano, o que reforça o compromisso com a transparência, a fiscalização local e o controle dos atos administrativos no âmbito da municipalidade.

Outro ponto inovador e de extrema importância é a possibilidade de fiscalização in loco pelos Vereadores, independentemente de aviso prévio, no exercício de sua função constitucional de fiscalização do Poder Executivo (art. 31 da Constituição Federal e art. 29, XI), respeitando, contudo, o andamento das atividades e os princípios da legalidade e impessoalidade. Esta medida visa reforçar a função fiscalizatória do Poder Legislativo, aumentar a transparência do processo e prevenir qualquer forma de fraude ou desvio de finalidade.

O projeto também confere à Secretaria Municipal de Administração a responsabilidade pela organização dos certames, com possibilidade de uso de sistemas de monitoramento por vídeo e softwares antifraude, desde que respeitada a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018).

Por fim, o projeto prevê sanções administrativas em caso de descumprimento das normas estabelecidas, como a nulidade da prova e impedimento temporário de participação em novos processos, sem prejuízo das sanções disciplinares e penais cabíveis, o que reforça o compromisso da Administração com a ética, responsabilidade e eficiência no serviço público.

